

Cumbre Judicial Iberoamericana

XVII Edición: "Un Justicia de Futuro"

Documento de presentación de proyectos

Información del proyecto

Nombre del Proyecto:	Curso à Distância de Direito Ambiental para Juízes Ibero-americanos: Discutindo na prática a Declaração de Buenos Aires sobre Juízes e Meio Ambiente
País:	Brasil
Presentado por:	Cândido Alfredo Silva Leal Júnior
Correo Electrónico:	candidoleal@jfrs.gov.br ou candidolealjunior@gmail.com
Fecha:	9 de setembro de 2012
Coordinador Nacional:	Hussein Ali Kalout

Descripción del proyecto

Introducción:

Na XVI Cumbre, o grupo Justicia Medioambiental trabalhou com a identificação de pontos de contato e consenso nos Judiciários Iberoamericanos quanto aos três eixos do Princípio 10 da Declaração do Rio de 1992 (informação, participação e acesso a justiça em matéria de meio ambiente).

Esses consensos foram sistematizados e transformados numa declaração de princípios, aprovada na Assembleia Plenária da XVI Cumbre, em Buenos Aires (2012), tratando da "atuação dos Juízes e Poderes Judiciários Ibero-americanos relativamente à informação, à participação pública e ao acesso à Justiça em matéria de meio ambiente".

Também foram aprovadas diversas sugestões de encaminhamentos, para que a temática de juiz e meio ambiente continuasse sendo tratada e desenvolvida no âmbito da Cumbre Judicial Ibero-americana, decidindo a Assembleia Plenária:

Criar, no âmbito da Cumbre Judicial Iberoamericana, Comissão de Justiça Ambiental para dar seguimento, aprofundar e fortalecer os acordos produzidos nesta e em futuras declarações, ficando esta Comissão integrada por Argentina, Brasil, Costa Rica e Peru, conforme manifestado por estes Países e decidido na Assembleia Plenaria da XVI Cumbre Judicial Iberoamericana, realizada nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2012, em Buenos Aires,

na Argentina.

Agora, para dar cumprimento àquelas determinações sugeridas e aprovadas pela Assembleia Plenária, estamos propondo este projeto para dar seguimento ao trabalho relativo às relações entre juízes iberoamericanos e meio ambiente, enfatizando aquela determinação feita pela Assembleia Plenária da Cumbre Judicial Iberoamericana no sentido de:

(c) elaborar un Plan de Capacitación Académico-Técnica en materia medioambiental para la organización de cursos y programas de formación (presenciales y a distancia), destinados a jueces y funcionario públicos, sobre derecho medioambiental, educación medioambiental y sensibilización de la importancia de la gestión ambiental y de la conservación del medio ambiente;

A proposta é partir daquele documento teórico e abstrato aprovado na XVI Cumbre (“declaração de princípios e consensos”) e avançar em direção à atuação no plano prático e concreto, criando uma ferramenta que permita levar conhecimento aos juízes iberoamericanos e também partilhar informações e boas práticas em matéria de meio ambiente.

Se na XVI Cumbre falávamos da importância de que os juízes estivessem sensibilizados para o problema ambiental e fossem criativos para encontrar soluções para as questões que enfrentam na gestão administrativa e na jurisdição em matéria de meio ambiente, agora vamos nos concentrar na concretização prática e efetiva dessa proposta, tentando **desenvolver uma ferramenta de ensino à distância que possa servir para difundir conhecimento e propiciar reflexão** entre os juízes de cada um dos países que integram a Cumbre.

Esta ferramenta vai criar condições para que a educação ambiental e a conscientização do papel relevante do juiz em matéria de meio ambiente seja democratizada e partilhada, utilizando para tanto as ferramentas e os produtos já existentes na estrutura da Cumbre Ibero-americana (com **baixo custo e alta integração**, portanto).

Ao mesmo tempo, esse projeto já pensa nos encaminhamentos futuros da temática ambiental no âmbito ibero-americano, servindo para preparar, integrar e qualificar juízes e servidores judiciários para que num próximo momento se estabelecesse uma ampla rede de cooperação judiciária, de troca de informações e de compartilhamento de boas práticas em matéria de meio ambiente. Os juízes que tenham participado dos cursos de ensino a distância estarão qualificados em matéria de meio ambiente e poderão estar sensibilizados quanto à importância da educação ambiental, permitindo assim integração em futura rede judiciária sonhada pela Assembleia da XVI Cumbre e também possibilitando que participem como tutores de novos cursos de ensino à distância em seus países. Em outras palavras, o projeto agora proposto criará as condições e integrará os países e as pessoas interessadas para que, em breve, possamos levar adiante as determinações da Assembleia Plenária da Cumbre Judicial Iberoamericana, que na sua XVI edição em Buenos Aires havia recomendado:

Reconocer la importancia de debatir, en el ámbito judicial iberoamericano, cuestiones que impliquen a jueces y medio ambiente;

Acordar, en la Cumbre Judicial Iberoamericana, la inclusión de la cuestión de los jueces y el medio ambiente impulsando, en próximas ediciones, proyectos, iniciativas y debates sobre el tema y esforzándose, en particular, por:

(a) crear una Red Iberoamericana de Justicia Medioambiental, centrada en el cartografiado e intercambio de experiencias e información sobre buenas prácticas, legislación y jurisprudencia en materia de derecho medioambiental, que actúe como espacio de debate e

intercambio de ideas para la resolución de problemas medioambientales en Iberoamérica;

(b) estimular la creación y fortalecimiento de las reglas procesales que permitan una tutela judicial ambiental efectiva, con procedimientos ágiles y abiertos, que incorporen mecanismos adecuados de protección, tales como medidas tutelares flexibles, legitimación procesal amplia, procedimientos orales y breves con amplios apoderamientos del juez y herramientas adecuadas para la efectiva ejecución de lo resuelto;

(c) elaborar un Plan de Capacitación Académico-Técnica en materia medioambiental para la organización de cursos y programas de formación (presenciales y a distancia), destinados a jueces y funcionario públicos, sobre derecho medioambiental, educación medioambiental y sensibilización de la importancia de la gestión ambiental y de la conservación del medio ambiente;

(d) celebrar congresos internacionales y programas de intercambio entre Poderes Judiciales en los que se analice la actuación judicial en materia medioambiental y se promocióne la presentación de trabajos académicos, prestando especial atención a los países cuya jurisprudencia o legislación sobre derecho medioambiental muestre carencias a fin de propiciar la creación de condiciones que contribuyan a la mejora de sus legislaciones, jurisprudencias y prácticas de actuación judicial en materia medioambiental;

(e) crear un Portal de Justicia Ambiental Iberoamericano que actúe como valiosa herramienta de intercambio periódico de información, publicaciones, leyes, sentencias e iniciativas sociales centradas en la justicia medioambiental y que contribuya a sensibilizar y concienciar a ciudadanos e interlocutores públicos sobre la importancia del medio ambiente y su conservación así como sobre la función desempeñada por el Poder Judicial en esa tarea;

(f) colaborar con instituciones ambientales internacionales, especialmente el PNUMA (Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente), Comisión de Derecho Ambiental de la UICN (Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza) e INECE (International Network for Environmental Compliance and Enforcement).

Em resumo, o que este projeto propõe é a **concepção, montagem e realização de curso de ensino à distância para juízes iberoamericanos, utilizando software livre ("Moodle") e a rede internet, para discutir experiências e trocar informações sobre a atuação dos juízes** relativamente à informação, à participação e ao acesso à Justiça em matéria de meio ambiente.

Justificación:

O projeto surge para dar seguimento às determinações da Assembleia Plenária da XVI Cumbre, especialmente aquela que recomenda "elaborar um Plano de Capacitação Acadêmico-Técnica em matéria ambiental para a organização de cursos e programas de formação (presenciais e à distância), destinados a juízes e funcionários públicos, sobre direito ambiental, educação ambiental e sensibilização da importância da gestão ambiental e da conservação do meio ambiente".

Além disso, **o projeto se integra perfeitamente à temática proposta para a XVII Cumbre** ("Una Justicia de Futuro: Planificada, Integrada y Tecnológicamente Desarrollada") porque:

- o conteúdo abordado (juiz e meio ambiente) se refere a questões de futuro, exigindo os cidadãos e a sociedade que o Judiciário, enquanto poder público, desempenhe suas funções com qualidade e presteza, ao mesmo tempo que também exige que a administração da justiça se preocupe com a temática envolvendo a responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário e com a educação

ambiental e conscientização dos respectivos juízes para os conflitos ambientais (água, uso do solo, alimentos, conservação da natureza, fontes de energia, poluição, etc);

- a forma escolhida (ensino à distância, com software livre e pela internet) permite desenvolver produtos para o Judiciário que vão integrar juízes num mundo global e sem fronteiras, com utilização dos recursos da tecnologia em prol da qualificação dos nossos juízes.

Com boas possibilidades de resultados, integração com outros grupos de trabalho e - principalmente - baixo custo, a realização do projeto vai **criar e consolidar um espaço iberoamericano para debate e troca de informações entre juízes iberoamericanos**, permitindo num futuro próximo estabelecer definitivamente a **rede de cooperação judiciária em matéria de meio ambiente** com que sonhamos.

Objetivos y resultados

Objetivo General:

O objetivo do projeto é criar espaço para discussão, reflexão e troca de informações, experiências e boas práticas em matéria de meio ambiente entre juízes iberoamericanos, qualificando esses magistrados e preparando a futura implantação de rede judiciária iberoamericana em matéria de meio ambiente.

Objetivos específicos:

Os objetivos específicos do projeto são:

- preparar material para curso de ensino à distância para discutir os temas tratados na Declaração de Buenos Aires sobre Juízes e Meio Ambiente;
- conceber e realizar este curso-piloto num âmbito reduzido (em língua portuguesa, com juízes da região sul da Justiça Federal do Brasil);
- estender e realizar este curso-piloto num âmbito maior (em língua espanhola, com juízes da Argentina, Costa Rica, Peru, Venezuela e outros países que queiram participar);
- formar e preparar os juízes que tenham participado dos cursos-piloto para que posteriormente sejam integrados numa rede judiciária iberoamericana em matéria de meio ambiente;
- formar e preparar esses juízes-participantes para que possam atuar como difusores e professores (tutores) nos respectivos países na implantação e realização desse curso de ensino à distância;
- apresentar e distribuir na Assembleia Plenária da XVII Cumbre (2014) o curso de ensino à distância preparado para que seja difundido e aplicado nos respectivos países.

Resultados e impacto esperados:

São resultados e impactos esperados com o projeto:

- conceber, montar e testar o **curso de ensino à distancia** (com software livre e internet);
- realizar **duas edições-piloto do curso** (em português num âmbito nacional e em espanhol num âmbito internacional);
- preparar e disponibilizar **CD/DVD multimídia com a íntegra do curso de ensino à distancia** para que possa ser realizado pelos países que tiverem interesse, apresentando e distribuindo esse material na Assembleia Plenária;
- conseguir, ao final dos dois cursos-piloto, grupo de juízes iberoamericanos integrados e preparados para difundir e trocar experiências e informação em matéria de direito ambiental, e assim criar num futuro próximo a rede judiciária iberoamericana de direito ambiental.

Participantes

Participarão do projeto os países que integrem ou se disponham a integrar o grupo de trabalho Justicia Ambiental (Brasil, Argentina, Costa Rica, Peru, Venezuela e outros países que queiram participar).

A primeira edição do curso-piloto poderá ser realizada com juízes federais da região sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), com apoio técnico da Escola de Magistratura e da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Emagis-TRF4 e ACS-TRF4) e sob tutoria de Cândido Alfredo Silva Leal Júnior (juiz do TRF4).

A segunda edição do curso-piloto poderá ser realizada com juízes da Argentina, Costa Rica, Peru, Venezuela (e outros países que queiram participar), aproveitando-se o apoio técnico do Instituto Ibero-Americano de Altos Estudos Judiciários, se isso fosse possível.

Ainda se precisaria definir qual entidade seria responsável técnico pela produção do CD/DVD multimídia que seria disponibilizado como produto final na Assembleia Plenária.

Metodología de trabajo

Fase 1: Envolve a concepção e a preparação deste projeto para que seja apresentado na Primeira Reunião Preparatória, ficando a cargo de Hussein Ali Kalout e Cândido Alfredo Silva Leal Júnior (Brasil).

Fase 2: Envolve a apresentação, a discussão e a aprovação do projeto na Primeira Reunião Preparatória.

Fase 3: Envolve a concepção, a elaboração e a montagem da proposta de curso de ensino à distancia que será discutida e validada na Primeira Ronda de Talleres, ficando a cargo de Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, da Escola da Magistratura e da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Emagis e ACS-TRF4).

Fase 4: Envolve a apresentação, a discussão e o aperfeiçoamento da proposta na Primeira Ronda de Talleres.

Fase 5: Envolve a realização do curso-piloto no âmbito local (português), com juízes federais da região sul do Brasil (RS, SC e PR), com tutoria de Cândido Alfredo Silva Leal Júnior e apoio técnico da Emagis-TRF4 e ACS-TRF4 (Brasil).

Fase 6: Envolve a apresentação dos resultados para discussão, correções e validação na Segunda Ronda de Talleres.

Fase 7: Envolve a realização do curso-piloto no âmbito internacional (espanhol), com juízes da Argentina, Costa Rica, Peru, Venezuela (e outros países), com apoio técnico do Instituto Ibero-Americano de Altos Estudos Judiciários (se for possível).

Fase 8: Envolve a apresentação dos resultados para discussão, correções e validação na Segunda Reunião Preparatória, consolidando assim o material e o modelo de curso que será apresentado e entregue na Assembleia Plenária da XVII Cumbre. Também se avaliará a possibilidade de encaminhamentos futuros, especialmente considerando a concretização da rede judiciária iberoamericana de direito ambiental, envolvendo os juízes que tenham participado dos cursos-piloto e outros que tenham interesse em integrá-la.

Fase 9: Envolve a apresentação dos resultados e possível entrega da proposta de curso (CD/DVD) para que os países interessados realizem e promovam o respectivo curso de ensino à distancia com seus juízes. Também serão propostos encaminhamentos para tratamento da temática no âmbito da Cumbre Ibero-Americana.

Productos esperados

Ao final da realização do projeto, esperamos obter estes produtos:

- conceber, montar e testar o curso de ensino à distancia (com software livre e internet);
- realizar duas edições-piloto do curso (em português num âmbito local e em espanhol num âmbito internacional);
- preparar CD/DVD contendo a íntegra do curso de ensino à distancia para que possa ser disponibilizado durante a Assembleia Plenária aos países que tiverem interesse;
- conseguir, ao final dos dois cursos-piloto, grupo de juízes iberoamericanos integrados e preparados para difundir e trocar experiências e informação em matéria de direito ambiental, e futuramente integrar rede judiciária iberoamericana de direito ambiental.

Observaciones generales

O projeto tem baixo custo de realização (envolve software livre e ensino à distancia pela internet), mas apresentará resultados úteis para os juízes iberoamericanos (realização de pelo menos dois cursos-piloto com juízes).

Também permitirá a integração com outros projetos e grupos da Cumbre (Rede de Informação Jurídica; Instituto Ibero-Americano de Altos Estudos Judiciários, etc).

Dará continuidade ao trabalho realizado pelo grupo de Justicia Medioambiental na XVI Cumbre, discutindo, concretizando e difundindo a "Declaração de Buenos Aires sobre a atuação dos Juízes e Judiciários Ibero-americanos relativamente à informação, à participação pública e ao acesso à Justiça em matéria de meio ambiente".

Também abrirá espaço para o futuro da temática ambiental na Cumbre, integrando juízes para rede judiciária iberoamericana de direito ambiental e preparando tutores para difundirem e realizarem o curso de ensino à distância nos respectivos países.

Por fim, cabe salientar que este projeto guarda relação pelo conteúdo (temática ambiental) e pela forma de atuação (ferramenta tecnológica para ensino à distância e integração dos juízes) com o tema da XVII Cumbre, permitindo condições para "Una Justicia de Futuro: Planificada, Integrada y Tecnologicamente Desarrollada".

Em anexo, segue a Declaração de Buenos Aires sobre a atuação dos juízes e poderes judiciários ibero-americanos quanto à informação, à participação e ao acesso à justiça em matéria de meio ambiente, que incorpora as propostas apresentadas e aprovadas por unanimidade na Assembleia Plenária da XVI Edição da Cumbre Judicial Iberoamericana, realizada nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2012, na cidade de Buenos Aires, capital da República Argentina.